EDITAL DE ABERTURA DE CANDIDATURAS Nº 5/2026

Instituto de Estudos Políticos - Universidade Católica Portuguesa
- Lisboa -
Ano letivo 2026/2027

3º Ciclo
(Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa)

O Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa, rege-se pelos princípios constantes do Regulamento de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa (pode ser consultado em Regulamento Doutoramento IEP) e tendo igualmente como referência o Regulamento Geral de Doutoramento da Universidade Católica Portuguesa.

1. Condições de admissão dos candidatos

a) Os titulares do grau de Mestre ou equivalente legal;
b) Os detentores do grau de licenciado pela UCP e por outras universidades portuguesas, obtido antes da aplicação do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, com a classificação final mínima de 16 valores, bem como os diplomados por universidades estrangeiras com grau e classificação equivalentes, reconhecidos nos termos legais;
c) Os detentores de um currículo científico, académico e profissional que ateste capacidade para a habilitação ao referido grau, precedida de apreciação curricular pelo Conselho Científico da unidade respectiva e aprovação por maioria de dois terços dos seus membros em exercício.

2. Número de Vagas: 15

3. Prazos

Fase	Datas de candidatura	Exame	Entrevista	Resultados	Matrículas	Início das aulas
1ª	09-12-2025 a 29-01-2026	11.02.2026	16.02.2026-17.02.2026	24-02-2026	24-02-2026 a 02-03-2026	21/09/2026
2ª	09-03-2026 a 30-04-2026	13.05.2026	18.05.2026-19.05.2026	26-05-2026	26-05-2026 a 01-06-2026	21/09/2026
3ª	08-06-2026 a 06-09-2026	14.09.2026	16.09.2026	21-09-2026	21-09-2026 a 25-09-2026	21/09/2026
4ª	23-11-2026 a 11-01-2027	19.01.2027	21.01.2027	27-01-2027	27-01-2027 a 01-02-2027	01/02/2027

O último dia de candidaturas e matrículas das diferentes fases de candidatura coincide com o prazo limite de pagamento das mesmas.

4. Documentação necessária

Candidatos nacionais:
Documentos obrigatórios
- Curriculum Vitae;
- Certificado de Habilitações com média final;
- Documento de Identificação (frente e verso);
- NIF;
- Fotografia tipo passe;

Documentos opcionais
- 2 Cartas de recomendação (deve ser efetuado o upload de um só ficheiro).

Candidatos internacionais:
Documentos obrigatórios
- Dois ensaios da autoria do candidato com aproximadamente 2500 palavras cada, em língua portuguesa ou inglesa, sobre um tema de Ciência Política ou de Relações Internacionais, à escolha do candidato (estes ensaios substituem o exame de admissão dos candidatos nacionais);
- Curriculum Vitae;
- Certificado de Habilitações;
- NIF;
- Documento de Identificação;
- Fotografia tipo passe;
Opcional
- 2 Cartas de recomendação (deve ser efetuado o upload de um só ficheiro).
- Certificado de inglês, nível minímo de B2, de acordo com o Common European Framework of Reference for Languages (CEFRL).

Notas:

Os documentos originais / certificados não são exigidos no momento da candidatura. Os documentos autênticos passados no estrangeiro na conformidade da lei desse país, e os documentos particulares lavrados fora de Portugal, legalizados por funcionário público estrangeiro, consideram-se legalizados à luz da lei portuguese desde que a assinatura do funcionário público esteja reconhecida por agente diplomático ou consular português no Estado respetivo e a assinatura deste agente esteja autenticada com o respetivo selo branco consular. Tratando-se de documentos emanados de países signatários ou aderentes à Convenção de Haia de 5 de outubro de 1961, a legalização dos documentos será feita por apostila, nos termos do art 3º da convenção. Os procedimentos de legalização não são exigidos no caso de documentos passado em países da União Europeia, países parceiros do Espaço Económico Europeu e da Associação Europeia de Comércio Livre, e do Reino Unido. Quando os documentos a apresentar se encontrem redigidos em língua estrangeira que não a língua espanhola, inglesa, francesa ou italiana, deve ser entregue a respetiva tradução, efetuada nos termos previstos na lei notarial.

5. Apresentação da candidatura

As candidaturas deverão ser apresentadas através de plataforma online https://sca.lisboa.ucp.pt/CandidaturasOnline/ O candidato receberá um e-mail de confirmação de receção da candidatura, com informação relativa ao pagamento (referência multibanco para candidatos residentes em Portugal; candidatos residentes no estrangeiro sem conta bancária portuguesa devem enviar email para tesouraria.sede@ucp.pt a solicitar IBAN para proceder ao pagamento). A candidatura só ficará concluída quando o pagamento for realizado. Em caso de transferência bancária, os candidatos devem fazer prova de pagamento se o mesmo for realizado nos 3 últimos dias da fase de candidatura para o email posgrad.iep@ucp.pt, de modo a permitir que a candidatura possa ser considerada e analisada.

6. Avaliação das candidaturas e publicação dos resultados

A seleção e seriação dos candidatos será realizada pelo júri que é composto pelo Vice-Diretor para os Programas Académicos, Professor Doutor João Pereira Coutinho e Coordenadora do Programa de Doutoramento, Professora Doutora Cristina Sá Carvalho.

Critério (expresso na escala 0-200)	**Coeficiente de Ponderação**
Nota de Mestrado	25%
Curriculum Vitae	50%
Classificação de exame de admissão e entrevista	25%

Alumni Mestrado IEP	
Critério (expresso na escala 0-200)	**Coeficiente de Ponderação**
Curriculum Vitae	50%
Nota de Mestrado	50%

A decisão de aprovação traduz-se na atribuição, pelo júri, de uma classificação final expressa no intervalo 10-20 da escala numérica inteira de 0-20, que resulta do somatório das notas atribuídas a cada uma das componentes, após ponderação. Todos os alunos serão chamados para a entrevista. A entrevista ao candidato tem como objetivo perceber as suas motivações para a frequência do curso, avaliar o seu percurso profissional e clarificar aspetos do seu currículo e exame de admissão. O convite para a entrevista será enviado por email. Após confirmação por parte do aluno, e em caso de não comparência, a candidatura será dada como incompleta. Os resultados serão comunicados aos alunos via email e será disponibilizada uma pauta com os mesmos, anonimizada, no Secretariado de Curso e Gabinete de Informações da UCP. Os resultados serão expressos da seguinte forma: Admitido/Admitido Condicionalmente/Não Admitido/Excluído. A candidatura condicional será convertida em admissão definitiva mediante entrega do certificado de conclusão da licenciatura, a efetuar até ao final do mês de outubro. Caso este requisito não seja cumprido dentro do prazo estipulado, a candidatura será excluída, não havendo lugar à devolução de quaisquer taxas ou emolumentos pagos.

7. Funcionamento

O Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa tem a duração de 4 anos (240 ECTS), funcionando em regime pós-laboral, presencial. As aulas decorrem habitualmente de 2ª a 6ª feira, entre as 18h30 e as 22h00. As provas de avaliação decorrem de 2ª a 6ª entre as 18h30 e às 20h30. Os idiomas de lecionação são o Português e o Inglês. O calendário académico para 2025/26 pode ser consultado em Calendário Académico IEP.

8. Propinas, Taxas e Emolumentos

O valor das taxas, propinas e outros emolumentos, é fixado anualmente, e publicado em documento próprio (Tabela de propinas taxas e emolumentos), pelo que os valores a praticar em anos letivos subsequentes poderão sofrer alterações. Apresentam-se seguidamente os valores em vigor no ano 2025/2026. Os valores encontram-se atualizados em Tabela de Propinas, Taxas e Emolumentos.

Valores – Taxas e Propinas (não dispensa a consulta do documento na íntegra Tabela de Propinas, Taxas e Emolumentos)

Taxas	
Candidatura 1ª fase	180€
Candidatura 2ª fase	215€
Candidatura 3ª fase	215€
Candidatura 4ª fase	215€
Matrícula (incluindo seguro escolar e cartão)	1032.5€
Propinas	
1º Ano – 10 mensalidades (30 ECTS por semestre)	532.5€/mês
2º ano, 1º semestre – 5 mensalidades (30 ECTS/ semestre)	532.5€/mês
2º ano, 2º semestre – 5 mensalidades (propina de tese)	222€/mês
3º Ano – 10 mensalidades (propina de tese)	222€/mês
4º Ano – 10 mensalidades (propina de tese)	222€/mês

A tabela de taxas e emolumentos referente ao ano letivo 2026/2027 será disponibilizada brevemente.

Matrículas

As informações de matrícula serão enviadas por email aos candidatos admitidos após publicação dos resultados. Para se matricular será necessário efetuar o pagamento da taxa de matrícula e da 1ª mensalidade, bem como preencher online:

- o Boletim de matrícula incluindo informação solicitada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (inquérito RAIDES)

Pressupõe-se desistência do candidato em caso de não efetivação da matrícula no prazo estipulado.

Os originais dos documentos previamente submetidos, deverão ser apresentados até 30 de outubro 2026 (semestre de outono) e 12 de março 2027 (semestre primavera), sob pena de anulação de inscrição e não havendo lugar a qualquer reembolso de valores pagos até essa data. Os documentos devem ser apresentados na sua versão original ou em cópia autenticada. Para efeitos de arquivo no processo individual do aluno, os serviços podem fazer uma cópia do documento original apresentado, sem custos para o estudante, devolvendo o original.

9. Creditação da formação anterior

Os alunos poderão solicitar creditação de ECTS através de requerimento na área de aluno E-SCA. A creditação da formação anteriormente realizada, quando solicitada, será efetuada de acordo com o Regulamento de Creditação da Universidade Católica Portuguesa - Regulamento de Creditação.pdf sendo aplicadas as taxas em vigor.

10. Contactos

Emails	Telefones
Secretariado do Curso: posgrad.iep@ucp.pt Serviços académicos: IEP-Academicservices.lisboa@ucp.pt Tesouraria: tesouraria.sede@ucp.pt	Secretariado de Curso: 21 721 41 29 Secretaria Escolar: 217 214 083 Tesouraria: 21 721 40 77

Atendimento Presencial,
Edifício da Biblioteca, 2º piso, Gabinete 4210, segunda-feira a quinta-feira, 15h às 17h45.

Atendimento Online
Às sextas-feiras o atendimento é feito exclusivamente em formato online, mediante agendamento prévio. O atendimento online, poderá ser realizado igualmente durante os dias de atendimento presencial, mediante agendamento prévio.

Lisboa, 2 de dezembro de 2025

A Diretora do Instituto de Estudos Políticos
(Prof. Doutora Mónica Dias)